

A ATIVIDADE DOCENTE NO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PIAUÍ, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

OF TEACHING ACTIVITY IN HIGH SCHOOL IN THE STATE OF PIAUI, IN THE CONTEXT OF AND AFTER THE COVID-19 PANDEMIC

Dirno Vilanova da Costa*

RESUMO

Este artigo é um relato de pesquisa que teve o objetivo evidenciar as condições objetivas e subjetivas que medeiam a atividade de docentes que atuam no ensino médio da rede pública do Território Serra da Capivara, no estado do Piauí, no contexto da pandemia de Covid-19, bem como as possibilidades de formação humana por meio do ensino médio da rede pública de ensino. A pesquisa é de natureza crítica, e do tipo teórica e empírica e buscou responder a seguinte questão: que condições objetivas e subjetivas mediaram a realização do Trabalho docente no contexto da pandemia do Covid-19, no Estado do Piauí? Os resultados indicaram que as condições objetivas e subjetivas foram insatisfatórias no âmbito do ensino, na conjuntura da pandemia e nos pós pandemia, pois o Estado não ofertou as condições materiais necessárias para exercer o ensino no formato remoto, que contribuiu para acentuar as desigualdades educacionais e sociais. Dessa forma a educação escolar na sociedade capitalista tende mais a promover uma formação alienante do que aquela impulsionadora de desenvolvimento humano. Visando à superação da realidade do ensino médio escolar, dada a sua fragilidade na formação –, faz-se necessário que professores e alunos vivenciem a educação formal, particularmente no ensino médio com condições de desenvolvimento de suas capacidades humanas, ou seja, a formação emancipatória.

Palavras-chave: Condições objetivas e subjetivas. Ensino médio. Covid-19. Atividade docente.

ASBTRACT

This article is a research report that aimed to highlight the objective and subjective conditions that mediate the activity of teachers who work in public high school in the Serra da Capivara Territory, in the state of Piauí, in the context of the Covid-19 pandemic. , as well as the possibilities of human development through secondary education in the public school system. The research is qualitative, critical in nature, theoretical and empirical and sought to answer the following question: what objective and subjective conditions mediated the performance of teaching work in the context of the Covid-19 pandemic in the State of Piauí? The results indicated that the objective and subjective conditions were unsatisfactory in terms of teaching, in the context of the pandemic and in the post-pandemic period, since the State did not offer the necessary material conditions to teach in a remote format, which contributed to accentuate educational inequalities and social. Thus, school education in capitalist society tends more to promote an alienating formation than that which promotes human development. Aiming at

* Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Piauí(PPGED/UFPI).
dirnovilanova@gmail.com

overcoming the reality of high school education, given its fragility in training -, it is necessary for teachers and students to experience formal education, particularly in high school with conditions for the development of their human capacities, that is, emancipatory training .

Keywords: Objective and subjective conditions. High school. Covid-19. Teaching activity.

Introdução

Neste artigo, analisam-se as condições objetivas e subjetivas de desenvolvimento das atividades docentes no contexto da pandemia de Covid-19,¹ e as possibilidades de formação humana diante dessa realidade. Segundo Mendes *et al.* (2021, p. 78), afirmaram que o contexto pandêmico em decorrência da Covid-19 “[...] tem evidenciado inúmeras dificuldades e contradições da vida em nossa sociedade. trazendo implicações ainda mais diretas ao desenvolvimento dos processos educativos”. A pandemia de Covid-19 atingiu o planeta, e as pessoas passaram a lutar por sobrevivência, tanto no que diz respeito às necessidades materiais relativas ao trabalho, como às condições sanitárias que permitissem continuar vivendo.

Parte-se do seguinte problema: como se constituem as condições objetivas e subjetivas capazes de mediar o desenvolvimento da atividade docente do ensino médio da rede pública estadual do Piauí no contexto da pandemia de Covid-19? Existe possibilidade de estabelecer uma atividade docente na direção formação humana, nesse cenário?

Tendo como ponto de partida essa questão, realizou-se pesquisa empírica com a utilização de questionário eletrônico aplicado junto a docentes do ensino médio da rede pública estadual de ensino do estado do Piauí, no Território Serra da Capivara, compreendendo 22 municípios, a fim de conhecer a realidade atinente às condições objetivas e subjetivas da atividade docente no contexto da pandemia de Covid-19, que mudou drasticamente as relações sociais em função da necessidade de distanciamento social, o que gerou, por conseguinte, novas necessidades quanto à realidade sanitária, econômica, política e, principalmente, escolar, pois a própria realidade impôs um novo

¹ Doença infecciosa causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), cujos principais sintomas são febres, cansaço e tosse seca, entre outros, menos comuns, mas que podem afetar alguns pacientes, como perda de paladar ou olfato, congestão nasal, conjuntivite, dor de garganta, dor de cabeça, dores nos músculos ou juntas, diferentes tipos de erupção cutânea, náusea ou vômito, diarreia, calafrios ou tonturas (BRASIL, 2020, p. 2).

formato de ensino e de aprendizagem, de modo que os docentes tiveram de aprender a lidar com equipamentos e mídias digitais, uso plataformas digitais, aulas *on-line*, sem contato presencial com os discentes.

A realidade imposta pela Covid-19 acentua a dualidade histórica da educação brasileira e as desigualdades educacionais, particularmente do ensino médio, etapa considerada, segundo o Anuário Brasileiro de Educação (ABE, 2020), como a que apresentou mais problemas de aprendizagem, bem como evasão e abandono escolar.

De modo similar, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2019) revelou que apesar da proporção de pessoas de 25 anos ou mais com ensino médio completo ter crescido no País – 47,4%, em 2018, e 48,8%, em 2019 – mais da metade (51,2% ou 69,5 milhões) dos adultos não concluíram o ensino médio.

No estado do Piauí, cerca de 36,3% das pessoas de 15 a 17 anos de idade não frequentam o ensino médio, nível ideal para essa faixa etária. Segundo a pesquisa, fatores determinam o abandono, fracasso e evasão escolar, entre outros, como a necessidade de trabalhar e a falta de interesse dos estudantes (BRASIL, 2019).

De acordo do Kuenzer (2017), ensino médio brasileiro que atualmente funciona em condições precárias, tanto na dimensão objetiva – relativa às condições de funcionamento das escolas e das condições de trabalho docente – quanto subjetiva – que envolve o currículo. A exemplo dessa realidade, apresenta-se a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio, aprovada em 2017.

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, de natureza crítica e tipo empírica, apoiada nos aportes da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica, que tem como fundamento filosófico o materialismo histórico-dialético.

Este artigo contém três seções, sendo que a primeira discute as condições objetivas e subjetivas de desenvolvimento humano e sua relação com a educação escolar, trazendo uma análise das condições objetivas e subjetivas da realidade social, evidenciando como elas determinam a atividade docente no ensino médio brasileiro, nomeadamente no estado do Piauí.

Na segunda seção, apresenta-se a metodologia da pesquisa, na terceira seção, discorre-se sobre as condições objetivas e subjetivas da atividade docente no ensino médio durante a pandemia de Covid-19, apontando elementos da pesquisa empírica, além de discussões acerca da atividade de ensino e de aprendizagem no contexto da pandemia de Covid-19.

1 Condições objetivas e subjetivas de desenvolvimento humano e sua relação com a educação escolar

O objetivo desta seção é analisar como as condições objetivas e subjetivas da realidade social determinam a atividade docente no ensino médio brasileiro, e em particular, no estado do Piauí.

Antes de discutir reservadamente o ensino médio, cabe debater a educação de modo geral. Na acepção de Saviani (2021), a origem da educação coincide com a do homem, e como tal, desenvolveu-se e complexificou-se de acordo com a sociedade de cada época – isso porque como todo fenômeno, a educação tem sua história mediada pelas contradições do tipo de sociedade que a concebe.

Uma vez que a gênese da educação se confunde com a do homem, é possível afirmar que esse fenômeno é tipicamente humano, pois ao contrário dos demais animais que se adaptam às condições postas pela natureza, o homem atua para garantir a sua existência, mas também para transformá-la. No processo de transformação da natureza por meio do trabalho, o ser humano humaniza-se, constitui sua existência, aprende, ensina e produz cultura, criando possibilidades de alcançar a sua máxima humanização.

Para Leontiev (1978, p. 79), “[...] o homem aprende a ser um homem”. Nesse sentido, o que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade: é preciso apropriar-se do que foi produzido no decurso do desenvolvimento histórico da humanidade. O meio é o ambiente social, que é condição essencial para a sobrevivência do homem, embora não seja suficiente para a sua humanização, uma vez que é necessário vivenciar situações que a promovam ao máximo, e uma das vivências que se pode destacar, além do meio social, é a educação escolar.

Contudo, historicamente, a educação brasileira é constituída e concretizada com base nos pressupostos da dualidade educacional, com um tipo de educação para a elite, a classe dominante, e outro para os trabalhadores, a classe dominada. Assim, consoante Gramsci (2002), a camada social que detém os meios de produção tem o poder de reproduzir a ideologia, a teoria e a prática na escola, de acordo com interesses hegemônicos.

Em pleno século XXI, o caráter dual da educação vem se acentuando, a exemplo do novo ensino médio, reformulado pela atual BNCC, que reorganiza o currículo dessa etapa de ensino sobretudo na escola pública, de modo que os trabalhadores estudam a

partir de uma formação esvaziada de conhecimentos necessários ao desenvolvimento das potencialidades humanas, ou seja, a formação humana.

Em consonância com Manacorda (1992), tal dualidade teve origem na Grécia antiga e em Roma, e perpetua-se até os dias atuais, perpassando as sociedades tribais, escravocrata, feudal e capitalista, permanecendo em evolução. A dualidade educacional, por sua vez promove a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a divisão de classes, uma vez que possibilita um tipo de educação para os filhos da burguesia e outra para os trabalhadores.

Saviani (2021, p. 24), ao discutir e problematizar a educação na sociedade capitalista a partir da pedagogia histórico-crítica, asseverou que a “[...] maioria, os não proprietários, que viviam do trabalho, se educavam fora da escola, no próprio trabalho. Apenas os proprietários, que eram minoria na sociedade, se educavam na escola”.

A afirmação do referido autor, além de evidenciar as contradições das sociedades classistas, traz à tona a discussão de que o desenvolvimento sócio-histórico da produção material da vida, em geral, a produção em série, o processo industrialização da produção e a sofisticação dos meios de produção e dos produtos da produção colocam a escola como instrumento principal de formação da grande maioria da população para assumir postos no mercado de trabalho.

Nessa direção, tanto o ensino médio quanto o profissionalizante se configuram como duas etapas ou modalidades de ensino que historicamente se tornaram um campo de conflitos e disputas em torno da proposta que ancora o processo formativo de tais modalidades de ensino, mas o que tem predominado é uma formação direcionada para os interesses da burguesia e o fortalecimento do capitalismo, demonstrando, além do já evidenciado, como a dualidade acentua as desigualdades sociais e a pobreza extrema.

Entende-se por atividade docente na direção da formação educativa humana aquelas que são capazes de gerar possibilidades máximas de desenvolvimento. Essa compreensão fundamenta-se na concepção de Leontiev (1978) de que não o homem nasce humano, mas se apropria de objetivações humanas que lhe dão condições de desenvolver sua humanidade.

Vigotski (1998), afirma que ao longo do desenvolvimento histórico do homem, ele vivencia relações sociais que ao serem internalizadas, transformam-se em funções psicológicas que passam a mediar sua relação com o mundo. Tais funções conferem a máxima humanização, porquanto ajudam a superar a condição natural biológica, dando lugar à condição humana.

De acordo com a tese de Vigotski (2000), os processos psíquicos superiores conduzem ao esclarecimento da questão básica acerca de toda a história do desenvolvimento cultural da criança ou do adulto, isto é, do desenvolvimento humano. Para o autor, a explicação está na gênese e no desenvolvimento de funções psicológicas elementares para as funções psicológicas superiores.

Pino (2000, p. 46), embasado na tese de Vigotski (2000), assegura que toda função psicológica foi anteriormente uma relação entre duas pessoas, ou seja, um acontecimento social. Esclarece, ainda, que toda função psicológica aparece duas vezes: primeiro em nível social; e depois, individual, isto é, na relação dialética da objetividade e subjetividade que acontece no processo histórico de desenvolvimento da humanidade.

Destarte, para que professores consigam realizar práticas educativas que colaborem com o desenvolvimento de estudantes mais humanizados, no sentido defendido por Vigotski (1996), são necessárias condições de natureza tanto objetiva quanto subjetiva.

As condições objetivas aquelas que são dadas na realidade material, objetiva, produzidas pelos seres humanos para mediar sua existência material. Em se tratando de educação, estão relacionadas às condições concretas de funcionamento das escolas, às condições objetivas de trabalho dos professores e às condições objetivas de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Já as condições subjetivas dizem respeito àquilo que individualmente cada humano precisa produzir para dar conta de realizar suas atividades. No caso da educação, são interesses, necessidades, motivações, expectativas, nível de formação intelectual, afetiva, ética e política. Tais condições são apropriadas pelos professores e alunos na relação com a realidade objetiva.

Vale ressaltar que a subjetividade humana se manifesta nos modos de ser, pensar e agir de cada um, e não nasce com os sujeitos, pois não são comportamentos inatos, mas apropriados na relação com a realidade objetiva e transformados em modos de subjetividades.

Quanto maiores as oportunidades de acesso às condições materiais de existência, mais amplas são as chances de os indivíduos se desenvolverem subjetivamente porque, de acordo com Vigotski (2018, p. 90), “o homem é um ser social e, fora da relação com a sociedade, jamais desenvolveria as qualidades, as características que são resultado do desenvolvimento metódico de toda a humanidade”.

Em um cenário em que as condições objetivas de trabalho refletem exploração, desvalorização e precarização, é comum que os professores se sintam cada mais expropriados de seu trabalho – condição subjetiva que os impede de produzir modos de agir capazes de colaborar para o pleno desenvolvimento de seus alunos.

Entretanto, mesmo reconhecendo que as condições objetivas em que a educação escolar se desenvolve na sociedade impõem cada vez mais limites ao processo de desenvolvimento humano de professores e alunos – uma vez que são condições que comprometem a subjetividade dessas pessoas –, concebe-se a necessidade de encontrar alternativas de enfrentamento e superação dessa realidade.

Soares e Martins (2017) destacaram as condições objetivas e subjetivas para alcançar a humanização por meio do processo educativo. Salienta-se, por oportuno, que a prática educativa, como *práxis* e como condição subjetiva que é, ao mesmo tempo ação material, consciente e objetiva, é uma atividade promotora do desenvolvimento da consciência crítica do ser humano.

Dito isso, entende-se que a humanização dos estudantes na escola passa pela assunção de práticas educativas amparadas em bases filosóficas, psicológicas e pedagógicas que concebam o ser humano como sujeito histórico e produtor da realidade humano-social. Com base nesses fundamentos, os professores terão condições subjetivas de elaborar e sistematizar práticas educativas que ensejem a formação humana, crítica, estética, cognitiva, ética, isto é, possibilitem a formação do homem em sua totatilidade, denominada por Manacorda (2010) de *omnilateralidade*, ou seja, o desenvolvimento total, completo, em todos os sentidos, abrangendo todas as capacidades humanas.

Sem negar a força da realidade objetiva na produção da realidade subjetiva, em se tratando de uma sociedade dominada pelo capital, pode-se supor, coadunando Mézáros (2008, p. 26), que é possível, por meio da escola, realizar um projeto de humanização que rompa com a lógica imposta pelo capital na sociedade. Nessa direção, o supracitado autor alude que “educar[...] é construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades implica pensar uma sociedade para além do capital.”

Esse projeto de educação idealizado pelo autor em epígrafe encontra fundamento nos pressupostos teórico-metodológicos da psicologia histórico-cultural e do materialismo histórico-dialético, referenciais que orientam a máxima humanização de homens e mulheres, professores e alunos, principais sujeitos do processo ensino-aprendizagem, dispostos a viver outra sociabilidade diferente da que se tem testemunhado

na sociedade.

Ao considerar a realidade das práticas educativas humanizadoras no ensino médio brasileiro, considera-se a realidade concreta em que as escolas públicas brasileiras se encontram – em sua maioria, em condições precárias que afetam negativamente professores e alunos. Além de se desenvolver em condições objetivas insuficientes, a educação básica no Brasil – em particular, o ensino médio – também teve seu currículo precarizado em função da reforma mais atual.

Trata-se da atual BNCC do ensino médio, que recentemente foi aprovada a toque de caixa sob o discurso de formação autônoma e flexível, mas propõe a supressão de disciplinas e conteúdos, caracterizando-se como instrumental, preconizando a formação por meio de competências e habilidades direcionadas à formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Esse conjunto de medidas denota uma clara intenção de limitar o desenvolvimento dos alunos, sobretudo os mais pobres, pois na ausência de determinados conteúdos, eles são impedidos de continuar seus estudos em nível superior, conformando-se apenas com uma formação técnica para inserção no mercado de trabalho.

Uma condição objetiva que pode afetar negativamente a formação por meio do ensino médio, grosso modo, é a reforma curricular por meio da Lei 13.415/2017, que implantou a atual BNCC que, por sua vez, reduz a educação do aluno do ensino médio à formação de habilidades, competências, procedimentos e atitudes que objetivam a adaptação e subserviência à lógica do capital, deixando de lado a valorização de conteúdos que são fundamentais para o pleno desenvolvimento de capacidades humanas mais complexas. Alude-se a um documento norteador do currículo que orienta a preparação dos alunos para o mercado de trabalho ou, mais propriamente, a formação de competências e habilidades para o empreendedorismo.

A possibilidade de atividade docente que direcione para a formação humana como alternativa requer um projeto ético para a educação pública de qualidade. Nessa perspectiva, enseja-se a participação efetiva popular na definição de políticas educacionais, bem como a criação de condições para a superação do modo de produção capitalista para outro tipo de sociedade em que as pessoas possam acessar bens culturais que elevem suas possibilidades de alcançar o máximo desenvolvimento de suas capacidades humanas. Contudo, no contexto pandêmico, essas possibilidades tornam-se mais difíceis de se concretizarem, impactando negativamente no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Deveras, atividades docentes que se efetivem na direção da formação humana podem acontecer quando professores e alunos internalizam a necessidade de mudança, mas isso não é suficiente. São necessários: melhores condições de trabalho e estudo; valorização social e econômica; acesso ilimitado aos bens culturais já disponíveis em sociedade; tudo isso aliado a uma formação contínua de qualidade, bem como à apropriação de bases epistemológicas e teóricas concretas que desenvolvam o pensamento crítico e elevem as funções psicológicas superiores, principalmente a consciência crítica acerca da realidade e da necessidade de transformá-la.

Na seção seguinte, discute-se a metodologia da pesquisa empírica.

2 Metodologia da pesquisa

Esta seção apresenta a metodologia, que segundo Ferreira (2027, p. 59), sustenta-se em “[...] um método científico que orienta o movimento do pensamento na busca da apreensão da essência dos fenômenos compreende os procedimentos que possibilitam operacionalizar” por meio da seleção e escolha de técnicas e instrumentos necessários à produção, análise e interpretação dados.

2.1 Instrumentos de produção de dados

Nesta pesquisa, optou-se pela utilização de questionário eletrônico, construído a partir do *Google Forms*, uma ferramenta do Google – plataforma mundial de buscas de dados e informação que possui uma série de serviços e produtos disponíveis na internet.

Em função do distanciamento social provocado pela pandemia de Covid-19, esse instrumento tornou-se potente, pois não necessita da presença física do pesquisador e dos participantes, além de facultar uma flexibilidade para os participantes escolherem o tempo e horário de acordo com a sua disponibilidade.

Não obstante, concorda-se com Camboim, Bezerra e Guimarães (2015, p. 129) que esse tipo de instrumento pode trazer algum tipo de impasse, como “[...] dificuldades no retorno do envio por parte dos participantes da pesquisa”. Por isso, importa adotar a estratégia de realizar ligações por meio telefônico para informar aos participantes da pesquisa, bem como o prazo em que o questionário ficará disponível para ser preenchido e enviado ao pesquisador.

Segundo Mota (2019, p. 374), o questionário eletrônico, tem potencial prático pois, possibilita o “[...] de acesso em qualquer local e horário quando respondido as respostas aparecem imediatamente” que por sua vez, tem a realização de diversos tipos de pesquisas.

2.2 Cenário dos participantes

O questionário eletrônico com questões objetivas foi enviado por e-mail para 349 (trezentos e quarenta e nove) professores do ensino médio do Território Serra da Capivara, que está localizado na região sudeste do Piauí e é composto por 18 municípios (BRASIL, 2015).

Do total enviado, 151 (cento e cinquenta e um) professores ou 43% do total que lecionam as diversas disciplinas responderam ao questionário.

Quadro 1 – Perfil dos participantes (%)

Sexo/gênero	Faixa etária	Tempo de serviço	Formação inicial	Formação continuada	Atua na área de formação
50%3 do sexo/gênero Masculino e 40, 7 do sexo /gênero feminino	5,3 de 18 a 25 anos; 37,7 de 26 a 36 anos; 35,1 de 37 a 45 anos; 21,9 acima de 45 anos	22,5 de 0 a 5 anos; 25,8%, de 5 a 10 anos; 24,5 de 10 a 15 anos; 19 de 15 a 20 anos; e os demais acima de 20 anos	94,7 graduações em licenciatura; e 6,3 graduações em bacharelado	71,3 com especialização; 24, 7 com mestrado; 3,0 com doutorado	86, 8 atuam na área de formação; e 13,2 atuam em áreas diferentes da formação

Fonte: dados do questionário eletrônico (ano 2022)

2.3 Da análise e interpretação dos dados

Para realizar a análise e interpretação dados, optou-se pela proposta de análise de conteúdos de pesquisas tanto qualitativas quanto quantitativas, com base nos pressupostos Bardin (1997, p. 21), cujo método de análise indica que “[...] por detrás do discurso simbólico e polissêmico esconde-se um sentido”, tendo como objeto a inferência, que permite apreender os nexos constituintes de determinantes do objeto ou fenômeno investigado.

A análise do conteúdo tem como objetivo o desvendar crítico da realidade, sendo que a análise e interpretação consistem em três momentos: pré-análise; exploração do

material e tratamento dos resultados; a inferência e interpretação dos resultados (BARDIN, 1997).

A pré-análise é a fase em que ocorre o primeiro contato e a organização dos dados, mediante leitura flutuante até chegar a um grau de exaustividade. A segunda fase consiste na organização por categorias e unidades de análise. A terceira fase é a interpretação dos dados da pesquisa.

Quadro 2 – categorização

Categorias	Unidades de análise
Condições objetivas e subjetivas da atividade docente	Condições materiais dos docentes em atividade docente durante a pandemia de Covid-19; Condições materiais dos discentes em atividade durante a pandemia de Covid-19. Sentimentos dos docentes em atividade durante a pandemia de Covid-19. Capacitação de docentes para uso de recursos tecnológicos durante a pandemia de Covid-19.
Atividade de ensino e de aprendizagem	Dimensão qualitativa do ensino e da aprendizagem dos discentes durante a pandemia de Covid-19; Conhecimento para utilização dos equipamentos e das mídias digitais durante a pandemia de Covid-19.

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

3 Condições objetivas e subjetivas da atividade docente no ensino médio durante a pandemia de COVID-19

Esta seção evidencia as condições objetivas e subjetivas da atividade docente e discente durante a pandemia de Covid-19, envolvendo as subcategorias: *Condições materiais dos docentes em atividade docente durante a pandemia de Covid-19*; *Condições materiais dos discentes em atividade durante a pandemia de Covid-19*; *Sentimentos dos docentes em atividade durante a pandemia de Covid-19*.

Para Marx (2011, p. 383), as condições objetivas dizem respeito aos aspectos materiais da produção, e por meio da objetivação humana, formam as novas subjetividades, tanto pela capacidade de criar produtos quanto pela possibilidade consumir: “[...] as condições objetivas do trabalho, material e instrumento, e as condições para a condição subjetiva do trabalho, a existência da capacidade de trabalho viva, as coisas indispensáveis para a vida, meios de subsistência para o trabalhador”.

Quanto mais o homem cria objetos e instrumentos cada vez mais sofisticados, mais ele se eleva do ponto do ponto de vista da humanidade, possibilitando o desenvolvimento de potencialidades em capacidades tipicamente humanas, pois somente

ele detém a capacidade de agir na realidade, seja para conservá-la, mantê-la ou transformá-la.

Na educação, as condições materiais de realização da atividade docente dizem respeito às circunstâncias estruturais da escola, tais como: salas equipadas; acervo bibliotecário; equipamentos de informática; salário e plano de carreira adequado; formação inicial e continuada que desenvolva qualitativamente os docentes; bem como as condições subjetivas, que dizem respeito à subjetividade, à forma como as mediações da realidade afetam as pessoas, seja positivamente ou negativamente, logo, estão relacionadas a sentimentos, emoções, modos ser, agir e pensar.

Diante dessa situação, novas condições materiais foram exigidas, a exemplo da necessidade, por parte dos docentes, de terem assegurado pelo Estado, por meio da escola ou do sistema de ensino, a disponibilização de materiais e equipamentos como: computadores, *notebooks* e/ou similares; internet com qualidade necessária para o envio para os discentes de aulas no formato videoaulas, realização de aulas, auxílio conectividade.

Para esses profissionais desenvolverem suas atividades síncronas (em tempo real, *on-line*), aulas *on-line*, *chat* e assíncronas, houve disponibilização em plataformas ou ambientes virtuais de aprendizagem de materiais para os discentes tais como: videoaulas; materiais em formato documento ou PDF; fórum de discussões; web-conferências, entre outros tipos de atividades de ensino, pesquisa e extensão em formato remoto.

De acordo com os dados obtidos do questionário eletrônico, 92,7% dos docentes responderam que o ensino no ano letivo de 2021, no contexto pandêmico, ocorreu no formato de ensino remoto. Ao serem questionados sobre a oferta de capacitação por parte do estado, por meio de suas escolas, no tocante ao uso de materiais, métodos, equipamentos e plataformas digitais para a realização da atividade docente, 29,8% afirmaram que não receberam qualquer tipo de capacitação; 34,4% responderam que receberam parcialmente capacitação; enquanto 35,1% mencionaram que receberam capacitação adequada para exercer o ensino remoto.

Essa realidade denota a ausência do Estado na organização e responsabilidade pelo ensino médio público, e a precarização deste, dada a ausência de condições objetivas para os docentes exercerem suas atividades, gerando desigualdades educacionais entre os discentes das escolas públicas e os das escolas particulares, já que estes dispõem da estrutura necessária e adequada ao bom funcionamento do ensino e desenvolvimento por meio aprendizagem.

Quando questionados se os docentes *dispunham de local adequado para realizar as atividades de ensino no formato remoto* durante o contexto pandêmico, 51% responderam que não. Essa realidade implica o comprometimento negativo da aprendizagem dos discentes, pois ao serem questionados se o Estado, por meio por meio das escolas, ofereceu *subsídio financeiro para acesso à internet dos discentes no próprio domicílio*, 53,6% dos docentes que responderam ao questionário, afirmaram que sim, que as escolas possibilitaram o acesso à internet subsidiada aos discentes. Por outro lado, 56% dos docentes informaram que as escolas não disponibilizaram aos discentes equipamentos de acesso ao ensino remoto, tais como computador, *notebook*, *tablet* e similares.

Para Engels (1978), o homem realiza seu trabalho, enfrenta as lógicas desumanizadoras do capitalismo, mas não o faz somente pelo pensamento ou por meio das dimensões volitivas, ou seja, a vontade movida pela necessidade de mudar a realidade – nesse caso, a precariedade histórica do ensino médio público brasileiro. Para que haja avanços qualitativos contra-hegemônicos,

[...] fazemos sob condições e suposições definidas. Entre estas, os determinantes econômicos são, ultimamente, decisivos. Mas mesmo as condições políticas etc., e mesmo tradições que assombram as mentes humanas também desempenham o seu papel, embora não sejam, decisivos (ENGELS, 1978, p. 2).

Coaduna-se tal posicionamento ao tempo que se infere que a escola, ao disponibilizar a internet subsidiada e não garantir os equipamentos, torna-se incoerente, pois com internet e sem os equipamentos, nota-se que não foram concedidas as condições objetivas e subjetivas de aprendizagem de forma qualitativa, o que denota um ensino frágil e que não possibilita o desenvolvimento humano, pois conforme Martins (2015, p. 295), “[...] a instrumentalização do trabalho pedagógico pressupõe condições teórico metodológicas do bom ensino”

Na acepção de Kuenzer (2017), vários fatores determinam o fracasso escolar no ensino médio, gerando evasão, repetência, abandono e, para os egressos, uma formação fragilizada, o que, por sua vez, impede a mobilidade social, pois em sua grande maioria, o que lhe resta é o emprego precário, o subemprego, as tentativas de empreender sem condições materiais, entre outras atividades rotineiras em indústrias, fábricas, comércio ou prestação de pequenos serviços na agricultura e pecuária.

A autora afirmou em seu estudo teórico que nas escolas públicas de ensino médio ocorre

[...] falta de professores para várias disciplinas e a dificuldade para resolver a precariedade das condições materiais das escolas, principalmente em termos de laboratórios, bibliotecas, equipamentos de informática, acesso à internet e construção de espaços para atividades culturais e esportivas (KUENZER, 2017, p. 336).

A ausência de condições objetivas e subjetivas nas escolas públicas de ensino médio, ao tempo que denota que o principal motivo do fracasso dessa etapa de ensino não está no currículo, e que embora ele possa ser reformulado, é necessário que o Estado possibilite aos docentes e discentes condições para que haja um bom ensino, que garanta o desenvolvimento humano, porquanto de acordo com Saviani (2020, p. 2), em pleno século XXI, trata-se de uma questão ainda complexa, pois “[...]trata-se de uma crise geral, que diz respeito à forma social atual como um todo, ou seja, trata-se de uma crise da sociedade capitalista”.

Quanto ao atual contexto pandêmico, desde o início de 2020, as desigualdades sociais, econômicas e educacionais tendem a acentuar-se, pois conforme afirmação dos docentes acerca das *Condições materiais dos discentes em atividade durante a pandemia de COVID-19*, 56% dos que responderam ao questionário afirmaram que as escolas não disponibilizaram equipamentos de informática, como computadores, *notebook*, *tablets* e similares.

Inferimos, portanto, que o Estado afasta suas responsabilidades para com a educação ao implantar apenas de modo emergente políticas educacionais que facultem acesso e permanência no ensino remoto com condições adequadas para que os docentes tenham condições favoráveis para os docentes ensinarem e os discentes aprenderem de modo qualitativo.

Considerando que a escola está imersa na sociedade do capital, os interesses dos discentes e do Estado – que se apoia no empresariado – são antagônicos, pois estão direcionados para a economia no contexto do neoliberalismo. Essa

[...] tendência assume características marcantes na fase de maior acirramento das contradições sociais [...] que atravessa também todo o campo educacional, pois se a classe trabalhadora luta pela democratização do acesso ao conhecimento produzido pelo conjunto da humanidade ao longo de sua história, a burguesia busca secundarizar a escola esvaziando-a (MARSIGLIA *et al*, 2017, p. 108).

Essa realidade impõe um tipo de conhecimento que conduz à alienação, pois se o ensino médio público brasileiro, piauiense e do território Serra da Capivara, em formato presencial já era precário, dual, fragilizado, no remoto essa dualidade se acentuou, além

da dificuldade de acesso ao ensino remoto por parte dos discentes. O mesmo ocorre com os docentes porque não lhes foram garantidas as condições materiais para realização do ensino remoto de modo que possibilite o desenvolvimento humano.

Nessa direção, Saviani (2020, p. 2) asseverou que

Uma primeira diferenciação a ser feita é que, tratando da conjuntura atual, devemos observar que, se a crise sanitária representada pela pandemia do Corona vírus é uma crise conjuntural, ou seja, própria do momento atual e que deve passar, permitindo a continuidade da vida humana, a crise que afeta a sociedade capitalista é de outro teor.

A crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19 – acontecimento que a atual geração não havia experienciado – em países com grandes desigualdades sociais e educacionais, como o Brasil, bem como em estados da Região Norte e Nordeste, e particularmente no Piauí e no Território Serra da Capivara, contribuiu e continua contribuindo para o fracasso no ensino médio, considerando que não somente as condições objetivas, que são determinantes do sucesso ou fracasso escolar, são um conjunto de fatores reais que, por sua vez, estão relacionados com aspectos subjetivos da conduta humana. São motivos e sentimentos que revelam formas de ser, sentir agir na realidade e que direcionam as ações no cotidiano do trabalho que se realiza, bem como na atividade docente.

No contexto pandêmico, de acordo com os docentes do ensino médio que participaram da pesquisa, ao serem questionados sobre *quais seus principais sentimentos durante a realização do trabalho docente durante a pandemia*, 28,5 dos docentes afirmaram que sentiram cansaço, exaustão; 17,2% demonstram insegurança; 9,9 informaram frustração; enquanto 9,3% sentiram desmotivação; e 6% indicaram sentimento de incapacidade.

Considerando que a relação com a nova realidade imposta pelo contexto pandêmico, em geral, gerou alguns sentimentos negativos, pois nem mesmos os órgãos de saúde, como a Organização Mundial da Saúde, o Ministério da Saúde, e as entidades de pesquisas relacionadas à área, como Fundação Osvaldo Cruz, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, cientistas ligados às universidades federais e a outros centros de pesquisas, por conta da situação emergencial, bem como o discurso ideológico negacionista ou anticiência do presidente à época, reproduzido por outras de autoridades políticas e até mesmo de profissionais da saúde, o que casou pânico coletivo, incertezas, inseguranças e falta de expectativa em relação ao presente e futuro.

No âmbito da escola, os professores, em consonância com Vigotski (2018, p. 79), afirmam, que “[...] lidam com duas pessoas que têm características constitutivas opostas, e um mesmo acontecimento provocará vivências distintas em cada uma delas”. Assim, no caso dos docentes, no contexto pandêmico, gerou sentimentos opostos, pois 15,2% afirmaram que diante da situação de crise sanitária, bem como pelo ensino remoto, sentiram esperança de que a atual realidade pudesse ser superada em curto prazo.

Dessa forma, o ensino remoto impulsiona emoções que desencadeiam formas negativas de vivenciar a realidade pelas condições objetivas postas, o que gera novas subjetividades, pois para Vigotski (1998), o ser humano constitui sua subjetividade mediante o processo de apropriação dos conhecimentos construídos historicamente, ou pela realidade objetiva, desenvolvendo suas funções psicológicas superiores, tais como: raciocínio lógico e abstrato; criatividade; atenção dirigida; formação de conceitos; entre outras funções tipicamente humanas.

Mas não é qualquer tipo de educação ou processo formativo que possibilita o desenvolvimento da relação objetividade e subjetividade em uma relação dialética capaz de garantir a máxima humanização. Nessa direção, Martins (2015, p. 270-271) advogou que

Não são quaisquer modelos pedagógicos que se colocam efetivamente a serviço do desenvolvimento psíquico, uma vez que preconizado por Vigotski, não são quaisquer aprendizagens que o promovam [...] assim, o processo de aquisição das particularidades humanas, isto é, dos comportamentos complexos culturalmente formados, demanda a apropriação do legado objetivado pela prática histórico-social.

Para os docentes, tais situações ou sentimentos tiveram de se adaptar com rapidez ao novo formato de ensino, de modo a aprender a manusear equipamentos de informática e usar plataformas educacionais, programas e *softwares* de criação de aulas, atividades, avaliação, entre outras formas de se comunicar com os discentes, como por meio de rede sociais, *e-mail*, grupos de *WhatsApp*, entrega em domicílio de atividades impressas, assim como outras que mudaram de forma severa a realidade em que acontecia o ensino presencial. Isso gerou sentimento negativos, como relatado pelos docentes.

Para Leite (2005, p. 83),

[...] quando o homem busca solucionar problemas, desde a fase inicial até a solução final, o processo motivacional encontra-se presente [...] tanto o fracasso como o êxito ocorrem quando os sujeitos se propõem a atingir um objetivo concreto, quando pretendem alcançar certo resultado, quando esperam realizar algo.

Por isso, aduz-se que a frustração dos docentes desencadeou outros sentimentos, como incapacidade de compreender que não estavam conseguindo êxito tanto no ensino quanto na aprendizagem, ou seja, no formato de ensino virtual, em detrimento do contato pessoal que, por meio das relações sociais, gera sentimentos positivos de segurança no ensino presencial

Na subseção seguinte, tecem-se considerações sobre como aconteceu o ensino e aprendizagem no contexto pandêmico.

3.1 Atividade de ensino-aprendizagem no contexto da pandemia de Covid -19

Esta subseção tem como objetivo conhecer os aspectos qualitativos ou negativos sobre o ensino-aprendizagem por meio do ensino remoto no contexto pandêmico, compreendendo as subcategorias: *Aspectos qualitativos do ensino e da aprendizagem dos discentes durante a pandemia a da Covid-19 e Domínio e segurança para utilização de equipamentos e mídias digitais durante a pandemia de Covid-19.*

Tendo em vista que Saviani (2010) atesta que educação escolar reproduz a ideologia dominante, afirma-se que o capitalismo, enquanto estrutura hegemônica, monta e desmonta a educação a seu bel prazer. Isso porque é por meio da educação formal que as estruturas capitalistas se perpetuaram, a partir de formação de mão de obra ou força de trabalho direcionada para uma finalidade, que é a manutenção do *status quo* da sociedade capitalista, sobretudo uma formação por competências, a serviço do capitalismo global.

No caso da pandemia de Covid-19, afetou não somente a educação escolar, mas a economia, as relações sociais, a saúde pública, determinando a polaridade política partidária que culmina em evidenciar que os interesses do capital entram em contradição com os da grande maioria da população, pois “[...] todos os problemas do mundo, hoje, são problemas do capitalismo. E precisam ser resolvidos, o que só pode ocorrer com a superação do próprio capitalismo como totalidade” (SAVIANI, 2020, p. 2).

As políticas educacionais falharam a ponto de não possibilitar que professores e alunos pudessem ensinar e aprender, mas apenas por meio do ensino remoto, cumprir os aspectos formais dos sistemas de ensino, o que reduziu o processo educacional ao cumprimento de carga horária; preenchimento de formulários; elaboração de relatórios de prestação de contas de atividades; cumprimento dos dias letivos. Ou seja, as escolas cumprirem os aspectos legais e formais emanadas pelas legislações específicas da educação escolar.

Quando questionados *seus alunos do ensino médio conseguiram acompanhar suas aulas de forma remota durante a pandemia*, 80,1% responderam que os discentes tiveram acesso parcialmente aos conteúdos por meio de plataformas digitais, *e-mail*, aulas *on-line* por meio da plataforma *Meet-Google*, porque tiveram problemas sérios de conectividade com a internet.

Infere-se, por oportuno, que na realidade dos alunos do ensino no Brasil, no Piauí e, particularmente, no Território Serra da Capivara, sobretudo da zona rural ou das periferias das cidades, em síntese, quanto mais eles pertencem às classes desfavorecidas economicamente, menos acesso aos conteúdos tiveram e, conseqüentemente, uma aprendizagem precária, revelando o descaso do Estado com os alunos pobres materialmente em ter ensino e aprendizagem geradora de desenvolvimento qualitativo aos discentes do ensino médio, bem como da educação pública em geral.

Quando questionados como foi *a qualidade do ensino durante pandemia de Covid-19*, 52,3% dos docentes classificaram a aprendizagem discente como insatisfatória. Considerando que conforme já respondido pelos professores, a capacitação do ensino remoto não atendeu às necessidades dos docentes, devem-se considerar diversos aspectos que se relacionam com o ensino, desde o espaço, tempo, lugar à forma como os conteúdos são trabalhados.

Portanto, constata-se que o ensino remoto das escolas públicas de ensino médio do estado do Piauí e, particularmente do Território Terra da Capivara, foi afetado negativamente, pois no que se refere às condições objetivas e subjetivas, além de precárias, os conteúdos mais complexos foram preteridos quanto aos de melhor compreensão dos discentes que assistem às aulas em casa. Dessa forma, o ensino concretiza-se em condições precárias que, por vezes, interferem negativamente na aprendizagem dos discentes.

É nesse contexto que se acentua a dualidade educacional, pois os filhos da elite, classe dominante, têm acesso aos meios tecnológicos, com uma estrutura material em casa para estudar, e a escola particular detém os meios para que os docentes concretizem um bom ensino.

Nessa lógica, Saviani (2020, p. 11) esclareceu que:

Essa educação diferenciada, desenvolvida de forma sistemática através de instituições específicas é, portanto, reservada à minoria, à elite. A maioria, isto é, aqueles que, através do trabalho garantiam a produção da existência de si mesmos assim como de seus senhores, continuava a ser educada de maneira assistemática pela experiência de vida cujo centro era o trabalho. Nesse contexto, a forma escolar de educação era

uma forma secundária que se contrapunha como não trabalho à forma de educação dominante determinada pelo trabalho.

Então, nota-se que a educação, no contexto da pandemia de Covid-19, contribuiu para acentuar a dualidade histórica da educação brasileira, bem como as desigualdades educacionais e sociais, restando para a grande maioria – os filhos dos trabalhadores – outro tipo de ensino, sobretudo por meio do ensino médio de forma precarizada.

Sobre o questionamento *como você avalia a aprendizagem dos estudantes durante a pandemia da COVID-19*, 71,5% responderam que a aprendizagem foi insatisfatória. Deduz-se que o formato remoto, conforme a resposta dos professores, além de causar uma estranheza aos discentes, impossibilitou a interação e socialização com os pares e professores, bem como estudos em grupos ou atividades externas à sala de aula, o que já era precário. Então, o ensino médio tornou-se uma etapa de ensino mais frágil, orientada por currículos e práticas alienantes.

São imperativas condições objetivas e subjetivas que possibilitem o desenvolvimento das potencialidades humanas nas dimensões cognitiva, estética, política, ética, humana, cultural, por meio da “[...] educação escolar e da socialização do saber sistematizado, de tal forma que o conjunto dos conhecimentos fundamentais para os homens do desenvolvimento humano possa ser transmitido e apropriado” (GALVÃO; LAVOURA; MARTINS, 2019, p. 57).

Nesse contexto, a atividade docente no ensino médio que possibilita aos discentes conhecerem o meio social e seus condicionantes é direcionada para a formação humana, pois “[...] o homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático” (KOSIK, 1969, p. 23).

Nessa direção, constata-se que o ensino remoto, em função do distanciamento social, não tem possibilitado aprendizagens na direção da formação humana. Muito pelo contrário: durante o contexto pandêmico, o ensino não contribuiu para o desenvolvimento humano, ou seja, para elevar sua máxima humanização. Isso porque na escola, em contato com seus pares, com a estrutura material adequada e condições subjetivas positivas.

Logo, historicamente, o ensino médio público, é considerando uma etapa de ensino que oportuniza poucas possibilidades de desenvolvimento discente, porque há ausência de políticas públicas educacionais consistentes, contínuas e concretas, além de ausência de condições objetivas e subjetivas na direção da melhoria do ensino-aprendizagem.

Considerações finais

Neste artigo, resultado de um relato de pesquisa, procurou-se evidenciar como se constituem as condições objetivas e subjetivas capazes de mediar a realização atividade docente por meio do ensino no formato remoto, demonstrando as possibilidades de formação humana no contexto pandêmico.

A pesquisa revelou que no ensino médio público das escolas da rede estadual de ensino do Piauí, e particularmente do Território Serra da Capivara, na região sudeste do estado, composto por 22 municípios, as condições objetivas e subjetivas não possibilitam o desenvolvimento de ensino e aprendizagens qualitativas.

Foi evidenciado na pesquisa empírica que a grande maioria dos docentes não dispunha de local adequado para realização das atividades docentes de forma remota, bem como não foram disponibilizados pelas escolas equipamentos de informática, internet e outros recursos pertinentes.

Do mesmo modo, em função dos efeitos negativos da pandemia de COVID-19, a grande maioria dos docentes se sentiu insegura para a realização de suas atividades. Essa realidade desencadeou sentimentos negativos, como tristeza, cansaço, exaustão física e emocional, desmotivação e frustração.

Quanto à qualidade do ensino e da aprendizagem, ficou patente que foi insatisfatória, pois nem os docentes conseguiram realizar atividade docente com segurança, com condições objetivas e subjetivas adequadas, nem os discentes conseguiram acompanhar as atividades do ensino no formato remoto.

Nas discussões aqui presentes, destacou-se que o homem se humaniza enquanto se apropria da cultura construída histórica e socialmente por seus antepassados, o que se torna muito difícil em uma sociedade determinada pela contradição entre a produção e a distribuição da riqueza material e cultural, como acontece no Brasil.

Essa contradição, que se materializa em todas as relações na sociedade, principalmente na educação escolar e, em particular no ensino, reproduz uma realidade social marcada pela desigualdade de oportunidade de desenvolvimento humano, uma vez que uma parcela considerável de brasileiros não terá as mesmas condições de se humanizarem, isto é, de desenvolverem habilidades complexas necessárias e exigidas pela sociedade do século XXI.

A apropriação desses instrumentos culturais poderá ser mediada por processo educativos que se fundamentam nos pressupostos teóricos da psicologia histórico-cultural

e do materialismo histórico-dialético, condição objetiva fundamental para o desenvolvimento de subjetividades cada vez mais humanizadas por meio do ensino médio escolar.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Educação**. 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Lei. 13.415/2017. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://www.who.int/portuguese/countries/bra/pt/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. IBGE. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>? Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Perfil Territorial. 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_077_Serra%20da%20Capivara%20-%20PI.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

CAMBOIM, L. G.; BEZERRA, E. P; GUIMARÃES, Í. J. B. Pesquisando na Internet: uma análise sobre metodologias utilizadas em dissertações de mestrado do programa de pós-graduação em ciência da informação da UFPB. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 123-134, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/25380>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ENGELS, F. **Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 1978.

FERREIRA, M. S. Para não dizer que não falei do método. *In*: IBIAPINA, I. M. L. de M.; BANDEIRA, H. M. M. (Org.). **Formação de professores na perspectiva histórico-cultural: vivências no FORMAR**. Teresina, PI: EDUFPI, 2017. p. 57-77.

GALVÃO, A. C.; LAVOURA, T. N.; MARTINS, L. M. **Fundamentos da didática histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2019.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017. Disponível em:

- <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizontes, 1978.
- LEITE, I. **Emoções, sentimentos afetos: uma reflexão sócio-histórica**. 2. ed. Araraquara: Junqueira & Marin editores, 2005.
- MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2010.
- MARSIGLIA, A. C. G *et al.* A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2007. Disponível em: http://www.pstu.org.br/biblioteca/marx_ideologia.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.
- MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MENDES, C. B.; MAIA, J. S. da S.; BIANCON, M. L. Impactos do ensino remoto: a questão do Estágio Supervisionado Obrigatório em ensino de ciências e Biologia numa universidade estadual paranaense em tempos de pandemia. **Momento: diálogos em educação**, v. 30, n. 1, p. 78-98, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/13159>. Acesso em: 27 fev. 2022.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOTA, J. da S. Utilização do *Google Forms* na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 12, p. 370-392, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1106>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- PINO, A. S. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 71, p. 35-78, jul. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gHy6pH3qxxynJLHgFyn4hdH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- SAVIANI, D. A defesa da educação pública em tempos de desconstrução social. In: HERMIDA, J. F. (Org.). **A pedagogia histórica-crítica e a defesa da educação pública**. Joao Pessoa: UFPB, 2021. *E-book*. p. 20-42.
- SAVIANI, D. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512> Acesso em: 6 jun. 2022.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2011. (Coleção Ed. Contemporânea)

SCHNEIDER, E. M.; FUJII, R. A. X.; CORAZZA, M. J. Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 569-584, dez. 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/157>. Acesso em: 21 jan. 2020.

VIGOSTKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. V. 1.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. **Educação e Sociedade**, v. 71, p. 21-44, 2000.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. In: PRESTES, E. T. (Org.) **Educação e Sociedade**. Rio de Janeiro: E-papers, 2018. p. 21-44.